



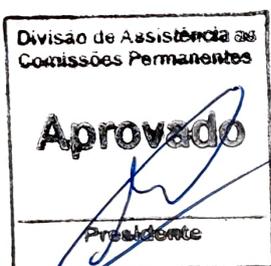
ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.



Ata



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2022.

Às oito horas e dez minutos do dia dezoito de maio de dois mil e vinte e dois, através do sistema híbrido, sob a presidência da Deputada Cida Ramos, realizou-se audiência pública, com o objetivo de dialogar acerca do dia nacional de luta antimanicomial. “Sobre a proteção de Deus e em nome do povo Paraibano”, a Sra. Presidenta declarou aberta a presente Audiência Pública. Em oportunidade, esclareceu alguns pontos relacionados à luta em defesa das pessoas com fragilidade mental, explicou que o período pandêmico aumentou significativamente os problemas de saúde mental da população, explanou ser um tema delicado e que necessita de atenção em todos os sentidos, demonstrou satisfação em debater e procurar melhorias para esta situação. Em seguida, a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Iaciara Mendes de Alcantara, Gerência Operacional da atenção psicossocial da Secretaria de Estado da Saúde. Após os cumprimentos de praxe, lamentou a atual situação do sistema de saúde pública do País, explicou que a política de saúde mental vem sendo esquecida por parte do poder público, defendeu o direito do tratamento em liberdade, explanou que a saúde mental da população está cada vez mais fragilizada, principalmente após o período de pandemia, pediu apoio dos parlamentares para pleitear verbas para manter os serviços essenciais para tratamento dos pacientes. Logo após, a Sra. Presidenta passou a palavra para Elizabeth Vitorino, Especialista em Saúde

Mental, onde após os cumprimentos de praxe, defendeu os direitos dos cidadãos, em especial as pessoas com fragilidade mental, explicou que estas pessoas precisam de cuidados especiais, pediu apelo por parte do poder público para melhorar os custeios com tratamentos de saúde mental em geral, enalteceu a importância da luta antimanicomial, comentou sobre o histórico do País, o qual foi colonizado por muito tempo, gerando desde o passado, luta entre raças, trazendo violência, pré-conceito, homofobia, racismo e entre outros, justificou que estes precedentes ajudaram a fragilizar a saúde mental da população, sendo assim, solicitou por parte dos governantes que se tenham maior atenção na luta antimanicomial e da saúde mental da população. Ato contínuo a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Rogério Pereira Félix, representação da residência multiprofissional em saúde mental da UFPB. Após os cumprimentos de praxe, fez a leitura de uma nota de repúdio para o Conselho Municipal de Saúde, enalteceu a luta antimanicomial e parabenizou a iniciativa do debate. Em seguida a Sra. Presidenta passou a palavra para o Sr. José Carlos da Silva, representando os usuários dos CAPS, onde após os cumprimentos de praxe, reforçou a importância da luta antimanicomial, comentou sobre as pessoas que vivem em situação de rua, os quais também são usuários do CAPS, lamentou a falta de atenção por parte do poder público com os pacientes de saúde mental, explicou que os pacientes possuem direitos e precisam ser respeitados. Dando seguimento, a Sra. Presidenta passou a palavra para a Sra. Hidelvânia de Souza Macedo, profissional do CAPS III caminhar. Após os cumprimentos de praxe, citou os retrocessos sofridos com as pessoas que necessitam de tratamento para a saúde mental, comentou sobre o sucateamento do SUS, enalteceu a luta antimanicomial, sugeriu melhores investimentos para centros de tratamento da saúde mental. Em seguida a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Guilherme Coutinho, usuário do CAPS AD, onde após os cumprimentos de praxe, fez um breve relato de vida, citou alguns tratamentos que passou devido à dependência química, repudiou as políticas adotadas pelos centros de tratamento, explanou que os pacientes sofrem violência e maus tratos, explicou que as pessoas estão sendo ludibriadas, pagando muitas vezes caro por tratamentos ineficazes e sofrendo algum tipo de violência. Logo após, a Sra. Presidenta solicitou fiscalização por parte do poder público para apurar casos de violências e maus tratos sofridos por pacientes usuários dos centros de tratamento, repudiou qualquer tipo de atitude que viole a integridade dos pacientes com fragilidade mental, fez alguns encaminhamentos pedidos em

audiência pública, agradeceu a presença de todos e, não havendo mais oradores inscritos, declarou encerrada a presente audiência. Lavrando a presente Ata, o redator Frederico Bezerra dos Santos, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 18 de maio de 2022.


Deputado Hervázio Bezerra
Presidente